

Pedagoga mostra o dia-a-dia de Adriana Fraga, que consegue dos alunos um rendimento acima da média

Professora surda alfabetiza crianças ouvintes

CLAYTON LEVY

clayton@reitoria.unicamp.br

A professora pega o livro, fica de frente para a classe e diz: *– Vou ler uma história. Atenção. E os alunos, em coro: – Oba, história. – Uma fábula. De quem? – Do Monteiro Lobato. – Quem é Monteiro Lobato? – Quem escreveu a história. – Escreveu a história e também tem uma coisa dele na televisão. O que é? – O Sítio do Picapau Amarelo. – Isso mesmo, o Sítio do Picapau Amarelo.*

O diálogo ocorrido numa escola rural de Taquaraçu, pequeno município a 100 quilômetros de Belo Horizonte, passaria por algo corriqueiro entre uma professora do ensino fundamental e seus alunos, não fosse por um detalhe: Adriana Aparecida Fraga, a professora, é surda. E as crianças, dez ao todo, falam, ouvem e não conhecem a língua dos sinais. Como, então, uma professora que perdeu a audição ainda na infância consegue ensinar crianças na fase de pós-alfabetização, a ponto de extrair delas um aproveitamento acima da média?

Foi para tentar responder a esta pergunta que a pedagoga Marília da Piedade Marinho Silva iniciou, em 2002, a pesquisa que resultaria em sua tese de doutorado defendida recentemente no Departamento de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). Mais que uma abordagem acadêmica, o trabalho, orientado pela professora Inês Signorini, remete a uma história de superação. E à constatação de que o deficiente auditivo não está limitado à linguagem dos sinais.

O pai é taxista; a mãe, dona de casa. O casal teve três filhos. Adriana é a do meio. Nasceu saudável, em 1980, na pequena Santa Luzia, região metropolitana de BH. Aos 6 anos, porém, aconteceu o inesperado. A menina perdeu a audição rapidamente, sem jamais ter apresentado qualquer sintoma. Os médicos

Foto: Antonio Scarpinelli



não conseguiram identificar a causa, mas a audiometria constatou perda total da capacidade auditiva. A vida de Adriana começava a mudar. Em casa, na escola, na rua, ela agora teria de descobrir um jeito novo de se relacionar com mundo.

A trajetória natural seria buscar ajuda com um fonoaudiólogo e aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Mas Adriana optou por outro caminho, desenvolvendo uma extraordinária capacidade de leitura labial. “Eu comecei a aprender a Libras porque meu irmão, que é surdo, faz muito bem os sinais, mas pai por achar muito difícil”, relatou a professora à autora da tese. “Embora partilhe com o irmão a herança da surdez, Adriana não a assume, e decidiu permanecer surda no mundo dos ouvintes, uma surda híbrida”, explica a pesquisadora.

Com o apoio da família, a menina seguiu nos estudos e formou-se em pedagogia no Centro Universitário de Belo Horizonte, campus de Diamantina. Foi lá que Adriana e Marília se encontraram pela primeira vez. A primeira ainda como aluna do quarto ano e a segunda como professora. Àquela altura, Adriana já lecionava em duas escolas, uma da rede municipal e outra da rede estadual, ambas para alunos normais. “Fiquei impressionada com o caso e resolvi estudá-lo”, diz Marília.

Caso atípico – Autora do livro “A construção de sentido na escrita do surdo”, Marília Marinho Silva já tinha larga experiência no tema e pre-

Foto: Antoninho Perri



A pedagoga Marília da Piedade Marinho Silva: rota de correção no projeto de doutorado depois de conhecer Adriana Fraga, a professora que perdeu a audição

parava-se para o doutorado. Até então, seu projeto seria voltado para as estratégias que o professor ouvinte utiliza para alfabetizar o aluno surdo. “No entanto, Adriana estava numa situação atípica: uma professora surda trabalhando com alunos ouvintes”. Munida de uma filmadora, a pedagoga passou a registrar o dia-a-dia da professora na sala de aula. Suas estratégias pedagógicas, a comunicação com os alunos, o comportamento das crianças diante dela que, a despeito de não escutar, jamais deixava de

ouvi-las. E os resultados dessa interação, refletidos no aproveitamento acima da média dos pequenos estudantes.

“Chamaram atenção as estratégias de Adriana para interagir com os alunos, as formas de vencer dialeticamente a distância imposta pela surdez e o fato de ser uma professora alfabetizadora”, conta Marília. “Considerando que a alfabetização põe em pauta escrita e leitura, e que é a professora quem lê e serve de modelo para os alunos, achei que seria interessante investi-

gar os efeitos de uma fala marcada pela surdez na constituição dessa leitura”, completa. As cenas e os diálogos captados revelam um processo de comunicação praticamente sem os ruídos que prejudicassem o papel de Adriana enquanto mediadora no processo de aprendizado das crianças.

Adriana Fraga fala como uma pessoa ouvinte, com fluência e boa dicção. Não há vestígios das características típicas da fala de deficientes auditivos. Isso não chega a surpreender, já que ela aprendeu o português como língua materna antes de perder de audição. Mas também escreve perfeitamente, mesmo tendo sido alfabetizada após a surdez, e sua caligrafia faz inveja a muitos que vivem deste ofício. A professora consegue entender o que as crianças dizem e sua capacidade de leitura labial vai além da mera técnica. “Ela lê o corpo inteiro de quem está falando: os gestos, as mímicas, as posturas”, diz a pesquisadora.

Estratégias – Além disso, Adriana desenvolveu estratégias pedagógicas para facilitar a comunicação com a classe, a começar pela disposição das mesas e cadeiras, colocadas em meia-lua para que todos fiquem sempre de frente para ela. O uso frequente de referências visuais permite uma linguagem comum entre ela e os alunos. A professora prepara cuidadosamente os planos de aula, escreve roteiros, elabora exercícios. Não há improviso. Os trabalhos manuais são expostos nas paredes e a avaliação sempre vem acompanhada de um incentivo verbal. Em cima do quadro negro, uma faixa: “Crianças, sejam bem-vindas!”.

Segundo a pedagoga Marília Silva, a empatia é ponto central no processo ensino-aprendizagem e, muitas vezes, determina o envolvimento ou não do aluno. No caso de Adriana foi decisiva para alcançar a interação com a classe. “As crianças assimilaram a situação e desenvolveram afeto e respeito pela professora”, conta a pesquisadora. Os alunos aprenderam a falar sempre de frente para que ela possa ler os lábios e tocá-la para chamar sua atenção caso esteja de costas. “Adriana não escuta, mas não é surda”, disse uma mãe em depoimento. Para Adriana, o silêncio nunca é vazio.

Os Kaingang vão a campo contra o preconceito

MANUEL ALVES FILHO

manuel@reitoria.unicamp.br

Esporte mais apreciado no Brasil, o futebol constitui importante elemento de integração para os Kaingang, etnia indígena que vive hoje em áreas espalhadas pelos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O jogo de bola tem sido fundamental para promover a aproximação entre os próprios índios, inclusive de terras indígenas (TIs) diferentes, bem como destes com as comunidades brancas vizinhas. A constatação é do educador físico José Ronaldo Mendonça Fassheber, que acaba de defender tese de doutorado sobre o tema na Faculdade de Educação Física (FEF) da Unicamp. “O futebol tem estabelecido um novo espaço de sociabilidade para os Kaingang”, afirma.

A pesquisa de José Ronaldo concentrou-se nos índios que vivem no Paraná. De acordo com ele, entre os Kaingang os aspectos sociológicos e miméticos do futebol são especialmente visíveis. “Um dado que chama a atenção, por exemplo, é o fato de os campos normalmente estarem localizados no centro das TIs, próximos a outras instalações consideradas importantes, como os postos da



O educador físico José Ronaldo Fassheber e um jogo de futebol dos Kaingang no Paraná: apresentando aos brancos o discurso do fair play (jogo limpo)

Funai e os de saúde”, informa. Além disso, tal como os brancos, os índios também se reúnem para jogar e assistir a peladas. “Alguns disputam competições contra e por equipes das cidades vizinhas”, acrescenta.

Considerados um povo altamente beligerante pelos colonizadores portugueses, os Kaingang valem-se do futebol para tentar superar esta imagem, bem como o preconceito de que ainda são alvos. Assim, quando vão atuar contra os brancos, explica José Ronaldo, os índios normalmente apresentam um discurso de valorização do *fair play* (jogo limpo). Com isso, transmitem aos adversários que a sua sociedade é boa e que a agressividade é coisa do passado. “Eles dão tanta importância para

esse aspecto, que eu presenciei uma cena inusitada. Num torneio local, os Kaingang não só ganharam o título, mas também a condição de time mais disciplinado da competição. O interessante é que os índios comemoraram muito mais a segunda conquista do que a primeira”, relata.

De acordo com o autor da tese, aspectos da cultura Kaingang permeiam a disputa esportiva. Os índios fazem questão de destacar a capacidade insuperável de seus “atletas”, sobretudo no que diz respeito à performance coletiva. Outro costume: os líderes das TIs – caciques e membros do conselho – montam times com seus filhos e genros. O que poderia ser considerada uma “cartolagem” na sociedade branca, diz Jo-

sé Ronaldo, é na verdade uma tradição daquele povo. “Para os Kaingang, filhos e genros devem prestar serviços a seus pais e sogros. Não por acaso, quando ocorre um casamento, o genro vai morar na casa do sogro. É uma regra de residência. Entre os índios há uma frase que esclarece bem essa relação. Eles dizem que o genro é o cachorro do sogro”, relata.

Os índios também têm por hábito montar uma segunda equipe, que conta com jogadores de diferentes famílias. Num campeonato, coincidiu de as duas representações de uma mesma TI chegarem à final. “Por determinação do cacique, a partida não foi disputada. Ele colocou todos os ‘atletas’ no caminhão e levou o troféu para a aldeia. Imagino que ele não queria correr o risco de o time A, formado por seus filhos e genros, perder para o B. Além do mais, a taça já estava garantida”, diverte-se José Ronaldo.

Outro aspecto interessante diz respeito ao processo de espetacularização pelo qual passa o futebol praticado pelos índios, bem ao molde do que ocorre numa Olimpíada. Conforme o pesquisador, primeiramente existe o que ele classifica de “troca de exotismo”. Ou seja, do mesmo modo que o público prestigia o evento para ver o exotismo dos Kaingang, estes também consideram os torcedores brancos um tanto excêntricos. “Ademais, as partidas têm sido alvo de narrações que sempre trazem um

enfoque sensacionalista”.

Esporte e política – A associação entre esporte e política não é uma característica exclusiva da sociedade branca, segundo constatou José Ronaldo em sua pesquisa. Os caciques e demais lideranças indígenas costumam aproveitar os eventos futebolísticos para travar contato com autoridades locais e regionais, com o objetivo de tratar de assuntos de interesse da sua comunidade, tais como saúde e educação. “Com isso, eles conseguem uma interação cada vez mais sólida com a sociedade que os cerca, visto que suas terras geralmente estão localizadas numa faixa de sete a dez quilômetros das cidades mais próximas”, elucida.

Apesar da integração proporcionada pelo futebol, os Kaingang continuam sendo alvos de preconceito, vistos por parte dos brancos como “caboclos mal vestidos”. Essa postura, prossegue o educador físico, dá margem a um discurso que traz subjacente o interesse econômico. “Quando se diz que os Kaingang não são mais índios, pois se vestem como os brancos, surge imediatamente a pergunta: então, por que lhes reservar uma terra indígena? É o tipo de argumento que convém muito bem aos grileiros”, observa José Ronaldo Fassheber, que na tese teve a orientação da professora Maria Beatriz Rocha Ferreira, da FEF.